

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Petrobras quer acelerar venda de ativos de gás.....	2
Título: Após voltar à bolsa, CPFL prepara novo ciclo de crescimento	3
Título: Negócio de distribuição é prioridade para investimentos.....	5
Título: Anglo tem volume recorde no Minas-Rio	6
Título: Futuro da Vale leva investidores a procurar o Congresso	7
Título: Mitsui lança bônus para refinar plataforma	9
Título: Estados apostam em pacto com Congresso para obter receitas.....	10
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	14
Título: Apesar de você	14
Título: O alcance da desestatização	16
Título: Jucá e ex-presidente da Transpetro viram réus na Lava Jato	17
Título: Navios do Irã sob sanções americanas estão presos no Porto de Paranaguá	18
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	20
Título: Cavalaria keynesiana.....	20
Título: Precisamos falar.....	21
VEÍCULO: O Globo	22
Título: Governo conclui modelo de venda da Eletrobras.....	22
Título: Ministro descarta novo bloqueio de recursos	23
Título: Jucá e Sérgio Machado viram réus por corrupção na Lava-Jato.....	24
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	25
Título: Preço da gasolina cai com as férias.....	25

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/07/2019****Seção: Empresas****Autor: André Ramalho | Do Rio****Título: Petrobras quer acelerar venda de ativos de gás**

O comando da Petrobras quer acelerar ao máximo os desinvestimentos nas áreas de transporte e distribuição de gás natural. A companhia assumiu o compromisso com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) para abrir os processos de venda dos ativos, por meio da publicação dos *teasers* (alertas de desinvestimentos) até março de 2020, mas trabalha para antecipar esses prazos para ainda este ano, segundo três fontes.

O **Valor** apurou que os negócios mais avançados são a Nova Transportadora do Sudeste (NTS) e Transportadora Associada de Gás (TAG). Os *teasers* para venda dos 10% restantes da petroleira nas duas transportadoras já estão no forno. Como envolvem a alienação de fatias minoritárias, essas duas operações são consideradas menos complexas e devem ser lançadas no mercado já nos próximos meses.

A expectativa, segundo uma das fontes, é que os ativos sejam vendidos para os sócios da Petrobras nas transportadoras. A estatal vendeu 90% da NTS para um fundo gerido pela Brookfield Brasil Asset Management, em 2017, por US\$ 5,08 bilhões. Já os 90% da TAG foram vendidos este ano para o consórcio formado por Engie e o fundo canadense Caisse de Dépôt et Placement du Québec (CDPQ), por R\$ 33,5 bilhões (algo em torno de US\$ 8,6 bilhões), incluindo os R\$ 2 bilhões destinados à liquidação de dívidas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O *teaser* para venda dos 51% da Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG), por sua vez, deve levar mais alguns meses para ser lançado. Uma

das fontes conta que há chances de que o processo de desinvestimento só seja aberto no início do próximo ano, já que a chamada pública para contratação de uma capacidade de 18 milhões de metros cúbicos ao dia do gasoduto Bolívia-Brasil (Gasbol) está aberta e só deve ser concluída em dezembro.

A estatal brasileira é sócia na TBG ao lado da BBPP Holdings (29%), da boliviana YPFB (12%) e da GTB-TBG Holdings, constituída pela EIG (8%).

Já na distribuição, a Petrobras espera definir até agosto o modelo de venda dos ativos. A companhia avalia a melhor forma de sair do negócio: se por meio da venda dos 51% de participação na Gaspetro ou por meio da venda das 19 concessões de gás canalizado operadas pela subsidiária de gás separadamente.

Segundo uma das fontes, a venda dos 51% para a Mitsui, sócia da Petrobras na Gaspetro, é a saída mais ágil, mas pode criar uma concentração de mercado no setor. As duas sócias definirão, então, como proceder. Existe a possibilidade de que a japonesa assuma 100% da Gaspetro, mas seja obrigada a se desfazer de parte dos ativos. A Mitsui entrou na subsidiária da Petrobras em 2015, após pagar R\$ 1,93 bilhão por 49% da empresa. Uma outra opção seria dar à japonesa o direito de preferência pela aquisição de um número limitado de distribuidoras. As demais seriam, então, colocadas à venda para outras empresas. A expectativa da Petrobras é lançar os ativos, no mercado, até dezembro.

No termo de compromisso fechado entre a Petrobras e o Cade, a estatal tem que assinar o contrato para venda de seus ativos até dezembro de 2021 (ou até nove meses após divulgação dos *teasers*). Já o fechamento da operação deve ser feito até fim de 2021 - ou 12 meses após contratos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Campinas (SP)

Título: Após voltar à bolsa, CPFL prepara novo ciclo de crescimento

Três anos depois de praticamente sair da bolsa, quando teve seu controle adquirido pela chinesa State Grid, a CPFL Energia voltou ao mercado de capitais já tendo em vista o acesso a recursos que devem ser necessários em futuras grandes aquisições. "A ideia era abrir o capital, voltar ao mercado, para que os investidores voltem a acompanhar a história da CPFL, que continua a mesma de antes, preocupada com disciplina financeira e governança. Assim, no momento

de um investimento mais expressivo, conseguiremos de forma mais simples e fácil ter apoio do mercado de capitais", disse Gustavo Estrella, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor** na sede da companhia, em Campinas (SP).

Depois que teve seu controle adquirido pela chinesa State Grid, em julho de 2016, a CPFL passou a ter apenas 5,25% das ações no mercado. Em abril, a companhia formalizou a intenção de fazer uma oferta subsequente de ações, que acabou sendo chamada de "re-IPO", por marcar seu retorno à uma posição de maior liquidez na bolsa. A operação teve as ações precificadas em R\$ 27,50 e foi concluída em junho, levantando cerca de R\$ 3,7 bilhões para o caixa da companhia. A fatia em circulação no mercado passou para 16,3%.

Esses recursos serão usados para que a CPFL possa comprar, da State Grid, a participação de 46,76% detida pela chinesa na CPFL Renováveis. Pelo preço acordado com a companhia, de R\$ 16,85 por ação, será feito um desembolso de R\$ 4,1 bilhões. "Essa diferença de R\$ 400 milhões para nós não é grande desafio", disse Estrella. Segundo ele, a companhia pode pagar o montante usando a sua própria geração de caixa.

Com a aquisição da participação detida pela State Grid, a Renováveis ficará quase que integralmente nas mãos da CPFL Energia, com apenas 0,06% de ações em circulação. A incorporação da empresa de geração renovável vai trazer vantagens para a CPFL. "Quando olhamos a gestão do grupo, gerenciar as empresas de forma integrada claramente tem benefícios de sinergias", disse Estrella. Por exemplo, a Renováveis, em geral, faz captações com um custo superior ao da Energia. Com a integração, não haverá mais a diferença no custo de financiamento.

Além disso, a CPFL Renováveis tem um prejuízo fiscal de R\$ 2,2 bilhões. "Obviamente, nossa expectativa é que poderemos usar esse crédito fiscal na holding nos próximos anos", disse.

Como a Renováveis ainda é listada no Novo Mercado da B3, contudo, uma relistagem da companhia não está descartada. A CPFL Energia, como controladora, tem até maio do ano que vem para decidir se vai fechar definitivamente o capital da controlada ou seguir o mesmo caminho que tomou, e fazer um "re-IPO".

Em geração, a prioridade da companhia é em projetos de fontes renováveis, em leilões ou mercado livre. "Ainda mais agora, com o suporte da CPFL Energia do ponto de vista financeiro, a ideia é acelerar nosso plano de crescimento em cima de geração renovável", disse Estrella. Aquisições também estão na mesa. "Podemos ser consolidadores e fortalecer nosso papel em renováveis", completou.

O segmento de distribuição, contudo, ainda é o preferido em termos de aquisições de novos ativos, por ser o principal negócio da CPFL hoje. "Conseguimos adicionar mais valor que a média de mercado. Em geração, é mais difícil, também nós brigamos de igual para igual com outros players", afirmou. Ele lembrou da última aquisição feita pela companhia, em 2016, da AES Sul, hoje RGE Sul. Naquele ano, o Ebitda (resultado antes de juros, impostos, depreciação e amortização) da companhia foi de cerca de R\$ 160 milhões. Em 2018, a distribuidora teve o Ebitda de R\$ 460 milhões.

Segundo Estrella, a CPFL acompanhou a movimentação do mercado de distribuição nos últimos anos, que foi marcado por muitas aquisições e privatizações. A companhia não participou dos negócios por entender que eram caros ou envolviam muitos riscos. "Nossa filosofia continua a mesma, só vamos comprar se entendermos que haverá geração de valor."

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De Campinas (SP)

Título: Negócio de distribuição é prioridade para investimentos

O segmento de distribuição de energia segue como o principal alvo de investimentos da CPFL Energia, destacou Gustavo Estrella, presidente da companhia, em entrevista ao **Valor**. Prova disso é o plano de investimentos para o período de 2019 a 2023, de R\$ 10 bilhões. O montante inclui a modernização da rede, como a troca de 10 mil chaves religadoras, que ajudam aumentar a segurança do fornecimento de energia. Apenas isso deve custar cerca de R\$ 1 bilhão para a companhia.

O plano de investimentos da CPFL Energia pode ser ainda mais expressivo caso hajam condições regulatórias para a troca de todos os medidores da companhia por medidores inteligentes. Segundo Estrella, o custo disso é estimado em torno de R\$ 5 bilhões para a companhia.

A CPFL tem hoje um projeto piloto de smart grid em Jaguariúna, na região metropolitana de Campinas. Segundo Estrella, a ideia ali é testar, principalmente, as tecnologias de transmissão de dados, que possibilitam a telemedição do consumo de energia. "Definida a melhor tecnologia e havendo condições regulatórias, poderemos fazer o investimento", disse o executivo. A mudança não será imediata, mas sim de longo prazo. "É um plano para algo como 10 anos. Hoje nem temos fornecedores para todos os medidores", disse Estrella.

Nas concessionárias RGE e RGE Sul, situadas no Rio Grande do Sul, os investimentos devem ser elevados, já que são as únicas distribuidoras do grupo que ainda não atingiram os indicadores de qualidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "O investimento histórico na região girava em torno de R\$ 400 milhões. Estamos rodando em R\$ 800 milhões por ano e a ideia é chegar em R\$ 900 milhões em cinco anos."

O setor de serviços e soluções é outro braço importante para a CPFL, com destaque para eficiência energética e geração distribuída. "A tendência é haver cada vez mais espaço para investimentos nesses mercados. A ideia é que a companhia esteja pronta para atuar nesses setores de forma eficiente e competitiva", disse.

Estrella destacou ainda a necessidade de se preservar o sistema de forma geral, diante do crescimento expressivo da geração distribuída, modalidade na qual o consumidor injeta a energia gerada na rede e recebe, em troca, desconto na conta de luz. "Nossa maior preocupação é com a distribuição. O cliente instala geração distribuída e deixa de pagar o uso do fio, mas ele segue usando o fio. Alguém está pagando por isso", disse.

Uma das maiores distribuidoras de energia, privatizada em 1998, a CPFL Energia obteve no ano passado lucro líquido de R\$ 2,2 bilhões, alta de 74,2% na comparação com 2017. A receita líquida cresceu 5,2%, para R\$ 28,1 bilhões. O Ebitda, por sua vez, subiu 15,9%, para R\$ 5,6 bilhões. A alavancagem medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) alcançou 3,05 vezes no final de 2018.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/07/2019

Seção: Empresas

Autor: Ana Paula Machado | De São Paulo

Título: Anglo tem volume recorde no Minas-Rio

A Anglo American informou, ontem que o aumento da produção de minério de ferro no sistema Minas-Rio, no Brasil, impulsionou o resultado global da empresa. Segundo comunicado da mineradora anglo-sul-africana, a operação brasileira produziu 5,9 milhões de toneladas de minério de ferro no segundo trimestre deste ano, recorde para a operação no país. De janeiro a março, a companhia havia produzido 4,9 milhões de toneladas.

Com esse aumento, a empresa elevou a estimativa de produção do sistema neste ano. De acordo com o relatório de produção trimestral da Anglo American, em 2019, devem ser extraídas na mina da companhia, em Minas

Gerais, 19 milhões a 21 milhões de toneladas de minério. A previsão anterior era de 18 milhões a 20 milhões de toneladas.

O recorde na produção no trimestre foi alcançado graças ao início da operação do projeto de expansão da mina em Conceição do Mato Dentro. No projeto, que contempla o alteamento de 20 metros da barragem a jusante que opera, a Anglo American está investindo R\$ 1 bilhão.

A companhia aguarda a licença de operação do alteamento da barragem para completar o plano de investimentos. O pedido está em análise pelo governo mineiro. A meta é produzir no sistema 25 milhões de toneladas por ano.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/07/2019

Seção: Política

Autor: Vandson Lima e Renan Truffi | De Brasília

Título: Futuro da Vale leva investidores a procurar o Congresso

O futuro da mineradora Vale e possíveis mudanças na legislação do setor após a tragédia em Brumadinho (MG) têm levado uma série de grandes investidores a procurar parlamentares do Congresso. Uma das mais buscadas é a presidente da recém-concluída Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Senado, Rose de Freitas (Podemos-ES).

Mineira de nascimento e representante do Espírito Santo, Rose participou de um conference call organizado pelo BTG Pactual com 60 investidores, inclusive estrangeiros, na segunda-feira. A eles, deu o recado: o Congresso quer buscar meios de preservar a companhia e auxiliar em sua recuperação. Mas a Vale precisa assumir mais explicitamente seus erros no desastre que matou 248 pessoas e deixou 22 desaparecidos.

Ao **Valor**, a senadora relata que a empresa atuou para tentar esvaziar a CPI - mas as coisas mudaram. "A Vale fez o que podia para esvaziar a comissão. Mas houve uma pressão vitoriosa da sociedade em favor da CPI. Hoje, diante da tragédia, as pessoas não se intitulam mais de 'a bancada da Vale'. Até porque têm vergonha", diz. Não eram poucos os congressistas que, até pouco tempo atrás, se diziam "representantes" dos interesses da companhia no Congresso, lembra.

"Na comissão, eu falei: não quero destruir a Vale, mas quero que pague pelos erros cometidos, se recupere, fazendo surgir uma nova Vale, mais responsável,

com poder executivo mais competente. A Vale está com uma mentalidade defasada, inclusive em sua relação com o Congresso", aponta a senadora. Aos investidores, o recado que Rose tem passado do Congresso é claro. Haverá mudanças na tributação do setor e um novo Código de Mineração sairá do papel este ano.

"Um novo Código de Mineração está no horizonte. Será o passo subsequente à mudança na tributação, que virá antes. Não há mais como fugir disso", relata. Conversas dos presidentes do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP) e da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) nesse sentido já estão ocorrendo, diz.

A CPI de Brumadinho no Senado encerrou os trabalhos no início do mês com o pedido de indiciamento do ex-presidente da Vale Fabio Schvartsman e mais 13 pessoas. O parecer do relator, senador Carlos Viana (PSD-MG), apontou 14 pessoas como "coautoras" em "negligência" que levou ao rompimento da Barragem 1, da Mina Córrego do Feijão (MG). A estrutura da Vale rompeu em 25 de janeiro.

Além de responsabilizar as pessoas, o parecer também propôs o indiciamento penal das pessoas jurídicas envolvidas, no caso a Vale e a TÜV SÜD. As conclusões foram enviadas ao Ministério Público e à Polícia Federal. Além disso, o parecer final sugere uma série de projetos para o setor de mineração.

O mais importante deles cria espécie de "royalty da mineração" que estabelece uma "participação especial" aplicada à receita líquida das mineradoras. Pelo texto, essa alíquota pode chegar até 40% e seria aplicada proporcionalmente à riqueza da jazida, para não prejudicar as pequenas mineradoras.

"São perguntas, veja, de quem não tem certeza do que a Vale é capaz de fazer para recuperar a confiança. Isso preocupa o investidor que nos procura", diz Rose, crítica do modo como a empresa têm se portado até o momento. "A Vale não deveria ter feito aquelas notas insossas levadas à TV, dizendo que 'nunca uma empresa fez o que a Vale está fazendo em indenizações'. Mas é óbvio, eles mataram mais de 200 pessoas!", exaspera-se. "Em vez de se proteger o tempo todo, a Vale deveria pedir desculpas pelo crime, admitir a punibilidade, que ela não admite, e reconstruir sua imagem", argumenta.

Procurada, a Vale informou que tem o "compromisso público de assumir suas responsabilidades". Entre outras ações, a companhia diz que fechou acordo trabalhista para pagamento individual de R\$ 500 mil por dano moral a parentes de trabalhadores falecidos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 19/07/2019****Seção: Finanças****Autor: Camila Maia | De São Paulo****Título: Mitsui lança bônus para refinancear plataforma**

A japonesa Modec, controlada pela Mitsui, lançou ontem o primeiro "project bond" para refinancear o investimento em uma plataforma de produção do pré-sal, em operação desde 2014 e arrendada pela Petrobras no Campo de Lula. Com o objetivo de captar US\$ 1,1 bilhão, a operação deve ser a primeira de muitas do tipo, que vão ajudar as grandes operadoras de plataformas a reciclar o capital necessário para fazer frente aos vultosos investimentos que o setor deve ter pela frente, estimados em mais de US\$ 100 bilhões nos próximos dez anos.

Estimativas do mercado de óleo e gás apontam que o Brasil terá necessidade de contratação de 50 a 70 sistemas de produção do tipo FPSO (sigla em inglês para unidades flutuantes de produção, armazenamento e transferência de petróleo e gás) para o óleo do pré-sal. Isso vai exigir investimentos de mais de US\$ 100 bilhões nos próximos anos, sem considerar as estruturas submersas, que podem levar os desembolsos a algo próximo de US\$ 200 bilhões.

Segundo fontes ouvidas pelo **Valor**, será inevitável o desenvolvimento de novas formas de financiamento para que o mercado tenha capacidade de absorver tudo isso. Hoje, os financiamentos são tomados diretamente pelas operadoras de FPSOs na modalidade pura de "project finance": o fluxo de caixa previsto para a duração do contrato garante o pagamento da dívida contraída. O dinheiro, em geral, vem de agências de crédito à exportação (ECAs, na sigla em inglês) e bancos de fomento e comerciais.

Prevendo o grande fluxo de investimentos do tipo nos próximos anos, o mercado começou a se movimentar para outras emissões, como a lançada pelo Modec. A ideia é criar um mercado secundário que possa financiar a produção de petróleo do pré-sal.

A operação lançada está sendo liderada pelo Citigroup, e tem como coassessores os bancos Mizuho, Morgan Stanley e SMBC. Os títulos terão duração de 15 anos, que é o prazo restante do contrato de arrendamento da plataforma com a Petrobras.

Nas próximas semanas, serão feitas rodadas de reuniões com investidores na Europa e nos Estados Unidos. Os bonds serão listados em Cingapura. A operação é considerada atrativa principalmente pelo seu risco baixo, uma vez

que a FPSO em questão está em operação, tem contrato de longo prazo com a Petrobras e tem elevada rentabilidade garantida, devido ao baixo custo de extração do pré-sal.

Uma evidência disso é que a emissão recebeu rating "BB" das principais agências de classificação de risco, acima do grau "BB-" da Petrobras, que é a garantidora do contrato. Essa é a primeira vez que um "project bond" é classificado com rating superior ao da contraparte. A Fitch explicou que a nota é justificada pela qualidade do campo de petróleo em questão e da importância estratégica do óleo extraído no local.

Os recursos serão garantidos pelo contrato de arrendamento do FPSO Cidade de Mangaratiba, firmado entre a Petrobras e a Modec. A plataforma, que tem capacidade de produção de 150 mil barris de petróleo por dia, está instalada na área de Iracema Sul, no campo de Lula, no pré-sal da Bacia de Santos. A unidade sozinha produz cerca de 5% do petróleo brasileiro hoje e tem índice de performance médio de 96,4% entre 2014 e hoje.

Como o preço de equilíbrio ("break even", termo em inglês que indica o ponto em que as despesas e receitas se equilibram) do óleo extraído naquela região é estimado em US\$ 16 o barril, a perspectiva é que a unidade siga rentável, levando em conta a projeção média de que o barril de petróleo seguirá próximo de US\$ 60 nos próximos anos. Com a aceleração da extração do óleo do pré-sal, novos FPSOs devem entrar em operação nos próximos anos, reforçando a necessidade de novas formas de financiamento. Hoje, a Petrobras tem duas novas plataformas do tipo contratadas: Búzios 5, com a Modec, e Mero 2, com a SBM. Além disso, está negociando outras três: Marlim 1 e 2 e Parque das Baleias.

Há 56 FPSOs em operação no Brasil hoje, sendo 46% detidas diretamente pela Petrobras e 54% por operadores que arrendam as plataformas. A Modec é líder, com dez plataformas do tipo em operação no país, responsáveis por cerca de 20% do petróleo produzido. A SBM aparece em seguida, com sete unidades, e também com 20% do óleo extraído.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 19/07/2019

Seção: Política

Autor: Malu Delgado | De São Paulo

Título: Estados apostam em pacto com Congresso para obter receitas

Os 27 governadores fecharam um acordo com os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), para que até o fim de setembro seja concluída a votação de pelo menos quatro propostas da "pauta federativa". O consenso é para aprovação, com urgência, de projetos que podem gerar receitas adicionais e imediatas aos Estados para dois fins, conforme acertado também com a equipe econômica: cobertura do déficit da Previdência e injeção de recursos para investimentos públicos. Conforme estimativas dos próprios governadores, se aprovados todos os projetos, incluindo uma ideia de tributação de jogos eletrônicos para bancar o Fundo Nacional de Segurança Pública, os Estados poderão contar com R\$ 137,9 bilhões.

O acordo foi selado na quarta-feira, em Brasília, e teve os governadores do Piauí, Wellington Dias (PT), e de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), como porta-vozes dos colegas. "Trouxe uma mensagem, do conjunto de governadores, para que seja priorizada a pauta federativa", afirmou Wellington Dias ao **Valor**.

De maneira inédita no país, os chefes de Estado também sinalizaram aos presidentes da Câmara e do Senado que há acordo geral sobre a necessidade de se aprovar uma ampla reforma tributária com unificação de impostos e que o texto mais consensual, até o momento, é o apresentado pelo deputado Baleia Rossi (MDB-SP), ainda que sugestões adicionais sejam levadas a Maia e Alcolumbre futuramente.

Wellington Dias salienta que, nas últimas três décadas, os governadores sempre foram o principal entrave para o avanço de uma reforma tributária. "Acredito que nós temos uma oportunidade, a melhor que tivemos em todos os outros momentos no país. É real a possibilidade de todos sentarem à mesa com essa proposta, todos os governadores, a Câmara e o Senado, com grande disposição ao entendimento", definiu o governador. A única coisa a ser evitada na reforma tributária, enfatizou, é desequilíbrio. Por isso a transição de 10 anos até o fim de incentivos fiscais, a repactuação de receita para compensar perdas e a criação futura de um fundo de desenvolvimento regional seriam, sustenta Dias, "uma pactuação muito inteligente".

O movimento dos governadores é uma reação à retirada dos Estados e municípios da reforma da Previdência. Apesar de os governadores apoiarem a ideia do Senado de apresentar uma nova emenda constitucional (a PEC paralela) para inclusão de Estados e municípios na reforma da Previdência, há um cálculo racional de boa parte dos políticos de que dificilmente a Câmara vai endossar

essa ideia. Foi por iniciativa dos deputados federais, em especial do Centrão, que servidores estaduais e municipais não foram atingidos pelas mudanças no sistema previdenciário.

O governador do Piauí, que já foi deputado e senador, não tem expectativa de aprovação da PEC paralela, apesar de reconhecer o empenho de Alcolumbre e do Senado de buscarem uma solução para a reinserção de Estados e municípios na reforma. "Embora seja uma oportunidade nova, eu acho que é muito, muito difícil, na volta aprovar isso na Câmara. Mas a esperança é a última que morre", disse Dias.

A sintonia que os governadores buscam com o Congresso é também reflexo do atual momento político. Tanto Rodrigo Maia quanto Davi Alcolumbre já deixaram claro que o Legislativo vai assumir o protagonismo do debate na agenda econômica. "O fato é que é o Legislativo que tem sido o ponto central para este entendimento", reconhece Wellington Dias. Esse protagonismo do Congresso, avalia, tem uma vantagem pelo fato de ser um palco nacional, com atores da oposição e governistas, em que "um precisa do outro".

O pacto selado com Maia e Alcolumbre envolve as seguintes propostas: a) securitização de dívidas, que introduz novos métodos de cobrança de sonegadores de impostos; b) o chamado plano Mansueto, de recuperação fiscal de Estados; c) bônus de assinatura (cessão onerosa de gás e petróleo), com liberação imediata de receitas; d) fundo social da cessão onerosa do pré-sal.

Em relação à dívida ativa, Dias diz que o estoque é de R\$ 400 bilhões, mas o projeto em tramitação, que vai introduzir "normas mais modernas de cobrança" aos sonegadores, pode viabilizar R\$ 80 bilhões de recursos aos Estados. "O Piauí arrecadava pelo menos R\$ 50 milhões ao ano, vai chegar a 200 milhões. Ficou acertado que em agosto o Rodrigo Maia vai tratar com prioridade desta pauta. Alcolumbre disse que se tiver alteração na Câmara e voltar ao Senado, tem condição de apreciar até o meio de setembro", contou o governador.

Em relação ao Plano Mansueto, os governadores esperam que possa permitir a liberação de R\$ 10 bilhões aos Estados com déficit fiscal mais grave e outros R\$ 5 bilhões aos com dificuldades moderadas. A proposta, reconhece o governador, "abre espaço de crédito vinculado a metas fiscais e permite tanto equilíbrio fiscal quanto a capacidade de investimento maior".

Outra proposta que está listada no acordo é a que permite o bônus de assinatura dos contratos da cessão onerosa de gás e petróleo. A previsão de

leilão da União é em setembro e pode gerar R\$ 104 bilhões, sendo R\$ 34 bilhões para a Petrobras e R\$ 70 bilhões aos Estados e municípios. "Deste valor, há o compromisso do governo federal de colocar R\$ 4 bilhões para pagamento da Lei Kandir, que beneficia principalmente Estados de maior exportação, e R\$ 21 bilhões para todos os Estados, sendo R\$ 10,5 bi para as 27 unidades da federação e outros R\$ 10,5 bi para municípios", relata o governador do Piauí.

Por fim, os governadores aguardam para até o fim de setembro também a aprovação do fundo social da cessão onerosa. Dias explica que a União optou por ceder parte dos royalties do petróleo de maneira escalonada, começando com 30% em 2020, e os outros 70% pagos ao longo de oito anos. "Começa com mais ou menos R\$ 3,8 bilhões, sendo metade para Estados e metade a municípios."

"O que é que tem de novo em tudo isso: as 27 unidades da federação pactuaram que todas essas receitas novas terão a destinação priorizada para [cobrir] déficit da Previdência e investimento. E o que é que isso tem de bom: garante equilíbrio fiscal e aumento da capacidade de investimentos", reflete Dias, professoralmente.

O petista não demonstra nenhum desconforto em atuar nestas negociações e ser um quadro da oposição. Ele afirma que em relação à reforma tributária, por exemplo, conversou longamente com a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, para apontar a visão dos governadores sobre as propostas em tramitação no Congresso. Existe a compreensão da esquerda, alega, de que governadores e prefeitos "precisamos ter a coragem de defender aquilo que permite governabilidade e a governança".

Dias vê como saldo negativo da reforma da Previdência a retirada dos Estados e municípios. Disse que sem este compromisso os governadores de oposição não viram sentido em "tensionar" as relações com seus partidos, já que não teriam nenhum benefício. Os erros do passado e as distorções do sistema previdenciário impedem, reforça Dias, que R\$ 200 bilhões da União, Estados e municípios sejam destinados a investimentos. "Essa é a grande crise do país hoje."

Além da construção de consensos para a reforma tributária, outra proposta negociada é a criação de um imposto sobre jogos eletrônicos que poderia financiar o Fundo Nacional de Segurança Pública, com capacidade de geração de receita de aproximadamente R\$ 16 bilhões/ano. "É outra pauta que estamos

trabalhando e que, segundo Davi e Maia, vai ser priorizado no Congresso, junto com a tributária."

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Elena Landau

Título: Apesar de você

A primeira etapa da reforma da Previdência foi vencida. Não é a melhor versão, mas reforma boa é reforma aprovada. Não fosse a intervenção do próprio governo talvez tivéssemos conseguido acabar com as desigualdades no sistema de seguridade. Junto com policiais, professores garantiram aposentadoria precoce.

Passada essa etapa, tem gente pedindo para o presidente começar a governar. Mas Bolsonaro governa – nos assuntos que ele curte. Reinterpreta a Constituição em conceitos fundamentais, como "o poder emana do povo" e "o Estado é laico". Seus 28 anos de vida parlamentar não serviram para aprender ideias democráticas tão básicas. A última novidade é a indicação do filho para embaixada nos EUA. Nepotismo é o de menos. Se ele fosse pai de um San Tiago Dantas, ainda vá lá. Pelo jeito, a mamata está longe de acabar. Talvez seja melhor mesmo os filhos distantes do que por aqui. Deveria indicar logo os três.

Apesar de Bolsonaro, o País vai avançando. No Legislativo, reformas, como a tributária, avançam, suprimindo o vácuo deixado pelo governo. Melhor assim do que a volta da CPMF. A sociedade espera com ansiedade o anúncio do plano econômico com propostas que tragam alguma esperança. Quanto mais cedo melhor.

Enquanto isso, boas notícias vêm da área de energia. A privatização da Eletrobrás, única grande estatal a ser vendida neste governo, foi confirmada. Também de lá vem a decisão de abrir o mercado de gás natural. Herança da greve dos caminhoneiros de 2018, quando o País acordou para os efeitos negativos do domínio da Petrobrás.

A competição é muito mais eficiente que tabelamento. O Termo de Cessação de Conduta (TCC) assinado entre Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) e Petrobrás acaba com o monopólio de fato da empresa e é mais completo que sua política de desinvestimentos. Nenhum monopolista abre mão de seu poder por livre e espontânea vontade. A Petrobrás vinha anunciando a venda de subsidiárias conforme sua conveniência, para reduzir seu

endividamento. O TCC organizou e ampliou a saída da estatal em vários elos da cadeia de óleo e gás.

O anúncio do novo modelo foi feito com a pompa e a circunstância que o tema merece. Mas o viés político da cerimônia deixa os que viveram o populismo tarifário da ex-presidente Dilma Rousseff apreensivos. Guedes prometeu um choque de energia barata: uma queda de 40% nos preços do gás em dois anos. O projeto anunciado demanda radical mudança na legislação, que, por sua vez, exige cuidadosa análise de impacto regulatório e audiências públicas. O investidor precisa de segurança jurídica e regulatória. O governo pretende introduzir competição na distribuição de gás, que é um monopólio natural. E, pela Constituição, uma responsabilidade dos Estados. Como será feito isso ainda é uma incógnita.

Pelo termo de conduta, a Petrobrás terá de vender sua participação na Gaspetro, empresa que controla 19 distribuidoras estaduais. A Mitsui é sua sócia e, provavelmente, tem direito de preferência na compra das ações. Será preciso encontrar uma forma de venda que evite a simples troca de mãos. Uma das ideias é reagrupar essas concessionárias em blocos, vender para diferentes grupos, para criar padrões de eficiência, contribuindo para uma regulação adequada após os anos de monopólio da Petrobrás. Essa reorganização societária não é tarefa para o curto prazo.

Distribuidoras. Em alguns Estados, as distribuidoras já estão privatizadas com contratos longe do fim, como São Paulo e Rio de Janeiro, por exemplo. Ainda assim, o governador carioca virou garoto propaganda do governo federal, de olho no acesso ao Plano Mansueto, que dá tratamento especial a quem se comprometer com a privatização. Para vender a CEG Rio outra vez, só quebrando o atual contrato e retomando a concessão. É óbvio que a ANP não vai permitir que agências estaduais façam isso. O risco jurídico afastaria qualquer investidor, não só nesta área, mas para toda infraestrutura.

Não está claro ainda como os consumidores residenciais, que são cativos, serão beneficiados. Os olhos do governo estão voltados para o setor industrial. O novo modelo cria consumidores livres e a estimativa oficial é que quase metade da demanda da indústria passe a ser suprida por fornecedores independentes. São grandes clientes hoje atendidos pelas distribuidoras, que, se não forem compensadas de alguma forma por essa perda de receita, terão de pedir reajuste na tarifa residencial para garantir o equilíbrio econômico e financeiro da concessão. O choque de 40% será para quem, afinal? Há muito a ser esclarecido. O ótimo é inimigo do bom, mas a pressa é inimiga da perfeição. Só com um modelo competitivo muito bem desenhado os preços irão cair. Quanto e quando, só o mercado dirá.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data:** 19/07/2019**Seção:** Notas e Informações**Autor:****Título:** O alcance da desestatização

A despeito dos programas de desestatização executados pelos diferentes governos desde a década de 1990 – mas com pouco ou nenhum empenho no período lulopetista (2003-2016) –, a presença das empresas estatais na economia brasileira continua excessiva. Ainda existem, segundo dados oficiais, 46 estatais sob controle direto da União e 88 sob controle indireto. A União tem ainda participação minoritária em 58 empresas privadas e públicas. Somando-se às estatais federais as empresas controladas pelos Estados e pelos municípios, o número deve superar 440 – o total pode ser até 50% maior –, de acordo com estimativas do secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar.

Esses números, apresentados na reportagem de José Fucs publicada pelo Estado, dão a dimensão que pode alcançar um amplo programa de desestatização, como o que o governo pretende executar de maneira acelerada após a aprovação da reforma da Previdência. A eles podem ser acrescentados os valores de outorga de cessão onerosa de áreas do pré-sal e de duas rodadas de licitações de petróleo e gás. Ainda falta a votação da reforma em segundo turno na Câmara e em dois turnos no Senado, mas a equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, já fez vários cálculos do valor que o Tesouro poderá obter.

Levantamento do Estado indica que o programa federal de desestatização pode render até R\$ 450 bilhões. Esse valor inclui 132 participações acionárias diretas da União com potencial para negociação de maneira pulverizada ou em bloco e os valores mínimos para a outorga de áreas do pré-sal e a receita com as rodadas de licitação de gás e petróleo. Nele estão consideradas todas as operações de privatização, desinvestimentos, abertura de capital e venda de participações minoritárias das estatais e suas subsidiárias. Só as participações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por meio de sua controlada BNDESPar, em empresas de capital aberto e fechado têm atualmente valor de mercado de R\$ 143,7 bilhões.

O ministro Paulo Guedes já estimou em R\$ 1 trilhão o total que pode ser arrecadado pela União até 2022 com a desestatização. A estimativa do secretário Salim Mattar é mais conservadora, de R\$ 635 bilhões, com as privatizações. As outorgas e a venda de imóveis da União poderiam render mais R\$ 115 bilhões. Há também estimativas de instituições financeiras, próximas de

R\$ 450 bilhões. Todos esses valores são muito maiores do que os alcançados em governos anteriores. Mesmo que o programa do governo alcance apenas a metade da estimativa mais conservadora, resultando em receita de R\$ 200 bilhões a R\$ 225 bilhões para o Tesouro, será o maior gerado por desestatizações na história do País.

Vistas pelo valor de mercado ou por critérios contábeis e financeiros, são imensas, de fato, as perspectivas para o programa de desestatização – e, por extensão, para o programa de ajuste fiscal do governo federal. Para que essas possibilidades de obtenção de receita e de drástica redução da presença do Estado na economia se concretizem, no entanto, muitos obstáculos terão de ser superados. Eles são de natureza política e boa parte está dentro do próprio governo do presidente Jair Bolsonaro. Há resistências à privatização da Empresa de Planejamento e Logística (EPL), da Valec, da EBC, da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), da Finep, dos Correios e outras mais.

A definição de modelos de privatização e de concessões, de sua parte, será decisiva para despertar o interesse de investidores nacionais e estrangeiros e estimular entre eles a competição que assegure receitas adequadas para a União. Ainda que tudo ocorra de acordo com a projeção mais otimista, a presença do Estado na atividade econômica por meio de empresas controladas pela União continuará expressiva. A lista das empresas privatizáveis não inclui Petrobrás, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e BNDES, todas com forte atuação em seus mercados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/07/2019

Seção: Política

Autor: LUIZ VASSALLO e FAUSTO MACEDO

Título: Jucá e ex-presidente da Transpetro viram réus na Lava Jato

O juiz Luiz Antonio Bonat tornou réus o ex-senador Romero Jucá (MDB-RR) e o ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado por corrupção na subsidiária da Petrobrás. Segundo a denúncia, Jucá – que é presidente do MDB – recebeu pagamento ilícito de ao menos R\$ 1 milhão em 2010 por contratos da Galvão Engenharia com a Transpetro.

De acordo com a força-tarefa, a Galvão – "com o objetivo de continuar recebendo convites para participar das licitações" – efetuava o pagamento de propinas de 5% do valor de todos os contratos com a subsidiária da Petrobrás "a integrantes do MDB que compunham o núcleo de sustentação de Sérgio Machado (então presidente da estatal)".

A denúncia aponta que Machado teria sido indicado para o cargo por Jucá e integrantes do MDB e tinha "a função de arrecadar propinas para seus padrinhos políticos". Segundo o MPF, em contrapartida ao pagamento de propina, Machado "garantiria às empreiteiras os contratos".

A defesa de Jucá apontou "absoluta falta de cuidado técnico na denúncia" e disse que a delação de Machado "não tem credibilidade". O advogado de Machado afirmou que o recebimento da denúncia era aguardado e demonstra a qualidade da colaboração" de seu cliente. Nenhum representante da Galvão foi localizado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 19/07/2019

Seção: Internacional

Autor: REUTERS, COM FERNANDA NUNES CURITIBA

Título: Navios do Irã sob sanções americanas estão presos no Porto de Paranaguá

Impasse no Paraná. Petrobrás diz que não fornece combustível para embarcações, pois teme ser punida nos EUA; caso é desafio para indústria agrícola brasileira, que no primeiro semestre exportou cerca de 2,5 milhões de toneladas de milho para os iranianos

Dois navios de bandeira iraniana estão presos desde o início de junho no Porto de Paranaguá, no Paraná, em razão das sanções dos EUA. Os cargueiros trouxeram ureia e voltariam carregados de milho, mas a Petrobrás teme punições americanas e se recusa a abastecer as embarcações, que estão na lista negra do Departamento do Tesouro dos EUA.

O impasse ocorre no momento em que o Brasil busca uma aproximação com os EUA e o governo americano aumenta a pressão diplomática sobre o Irã. Em maio de 2018, Donald Trump retirou o país de um acordo que restringia o programa nuclear iraniano em troca da suspensão gradual das sanções.

Para o governo brasileiro, os cargueiros iranianos parados em Paranaguá representam um desafio. Em junho, durante a cúpula do G-20, em Osaka, o general Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, garantiu que o Brasil não tomaria partido do lado americano de forma automática. "Não tem nenhuma rivalidade ou inimizade com o Irã. Pode ser parceiro em algumas coisas", disse o general.

Para o setor agrícola brasileiro, o impasse é uma péssima notícia. No primeiro semestre, o Irã importou cerca de 2,5 milhões de toneladas de milho do Brasil,

praticamente o mesmo volume importado no mesmo período do ano passado, segundo dados oficiais.

Além de ser o maior importador de milho do Brasil, o Irã é um dos principais clientes da indústria de soja e carne bovina. Consultada pelo Estado, a empresa que exportou o milho para o Irã alega que o transporte de alimentos, remédios e equipamentos médicos estariam isentos das sanções. O abastecimento, segundo os exportadores, seria uma compra de combustível feita por uma empresa brasileira junto à Petrobrás.

O caso surpreendeu a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec). "Qualquer sanção sobre comida está fora (das restrições americanas)", afirmou o diretor-geral da Anec, Sérgio Mendes.

Procurada pela reportagem, a Petrobrás confirmou o risco de ser punida nos EUA, por isso se negou a abastecer os navios iranianos, que estão na lista negra do Tesouro dos EUA. "Além disso, os navios vieram do Irã carregados com ureia, produto também sujeito a sanções americanas. Caso a Petrobrás venha a abastecer esses navios, ficará sujeita ao risco de ser incluída na mesma lista, sofrendo graves prejuízos", afirmou a empresa.

A Petrobrás informou ainda que existem outras empresas com capacidade de atender à demanda por combustível para os cargueiros. No entanto, os exportadores brasileiros alegam que não há outra alternativa viável e segura para o abastecimento das embarcações, que dependem de um tipo específico de combustível cujo fornecimento é monopólio da estatal.

A empresa brasileira – que não teve o nome divulgado porque o processo corre em segredo de Justiça – obteve uma liminar do Tribunal de Justiça do Paraná, no começo do mês, ordenando que os cargueiros fossem abastecidos. A liminar, porém, foi suspensa pelo presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli. A decisão foi preliminar e não tem data para ser avaliada.

Enquanto isso, os cargueiros seguem parados. O navio MV Bavand já está carregado com 48 mil toneladas de milho – avaliadas em R\$ 45,5 milhões – e deveria ter partido para o Irã no dia 8 de junho. O MV Termeh aguarda, desde o dia 9 de junho, o combustível para seguir rumo ao Porto de Imbituba (SC), onde receberá a carga.

Segundo reportagem da revista Portos e Navios, as empresas gastam US\$ 15 mil por dia com a paralisação. Ao menos um outro navio iraniano, o Daryabar, que está na mesma lista de sanções americanas, carregou milho em Imbituba em junho, e partiu, segundo autoridades marítimas, que apontam também que

outra embarcação do Irã alvo de sanções dos EUA, o cargueiro Ganj, deve chegar ao Brasil em agosto.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Nelson Barbosa

Título: Cavalaria keynesiana

Até o Ministério da Economia concluiu que é necessário incentivar a demanda

O governo parece ter acordado para o risco de recessão. Nas últimas semanas, até o Ministério da Economia, que só falava de medidas de oferta, concluiu que é necessário adotar alguns incentivos de demanda para recuperar a renda e o emprego mais rapidamente.

Como coloquei na coluna anterior, não há contradição entre realizar reformas estruturais do lado da oferta e adotar estímulos de demanda em uma economia com alto grau de ociosidade de recursos. Os dois tipos de iniciativa podem se ajudar, e, neste momento, há três estímulos de curto prazo ao alcance do governo.

A primeira medida é a redução da taxa Selic. Os dados de inflação e atividade econômica recomendam reduzir juros há algum tempo. A evolução da economia internacional aponta no mesmo sentido, com perspectiva de flexibilização monetária nos EUA e na União Europeia.

Agora, diante da provável aprovação da reforma da Previdência até outubro, o Banco Central simplesmente não tem mais desculpa para adiar a queda da taxa básica de juros.

A redução da Selic ajudará na recuperação econômica, mas seus efeitos levarão algum tempo para se materializar. Caso o BC finalmente siga o que recomenda, o próprio sistema de metas de inflação, nossa taxa básica de juro pode cair sem risco para 5% ao ano, com efeitos positivos sobre renda e emprego em meados de 2020.

O segundo estímulo deve vir do "orçamento parafiscal" repetindo o que Temer fez em 2017, isto é, liberação extraordinária de saques do FGTS para compensar o corte do gasto discricionário do governo.

Segundo declarações do ministro da Economia, a liberação de FGTS pode atingir R\$ 30 bilhões (0,4% do PIB) neste ano. Parte desses recursos provavelmente será utilizada para pagar dívidas, mas outra parte deve ir para o

consumo, gerando uma expansão temporária de demanda na virada de 2019 para 2020.

A injeção de FGTS na renda das famílias brasileiras não é obviamente uma medida estrutural, mas ela pode ser um impulso importante enquanto o investimento não se recupera.

O terceiro incentivo de demanda deve ocorrer quando o TCU autorizar o leilão dos “excedentes de petróleo”, programado para novembro. A expectativa do governo é arrecadar R\$ 106 bilhões, que, por sua vez, serão utilizados para a União acertar suas contas com a Petrobras, transferir recursos para estados e municípios e cancelar parte do contingenciamento de gastos em curso.

Mais especificamente, caso o leilão de petróleo tenha sucesso, o governo poderá cancelar todo ou parte do atual contingenciamento de R\$ 30 bilhões e, com isso, injetar mais 0,4% do PIB na demanda agregada no fim deste ano.

No caso dos estados e municípios, o sucesso do leilão de petróleo significará mais recursos no início de 2020, o que, por sua vez, permitirá que governadores e prefeitos aliviem o arrocho fiscal sobre consumo e investimento no próximo ano.

Somando os efeitos da redução da Selic, da liberação de FGTS, dos descontingenciamento de gastos federais e das transferências de recursos para estados e municípios, podemos ter uma verdadeira “cavalaria Keynesiana” de estímulos de curto prazo à demanda nos próximos 12 meses.

Do ponto de vista estrutural, o ideal seria que a virada da política econômica contasse, também, com o aumento substancial e duradouro do investimento público, sobretudo em infraestrutura. Porém, para que isso aconteça, será necessário revisar o teto de gasto via emenda constitucional, liberando investimentos. Essa medida ainda não está no radar do governo, mas ela pode e deve entrar no radar do Congresso.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 19/07/2019

Seção: Colunas

Autor: Joana Cunha

Título: Precisamos falar...

Painel S.A

Com a imagem manchada pelas tragédias de Mariana e Brumadinho, o setor de mineração lança uma iniciativa para elevar a segurança dos projetos minerários.

...sobre segurança

O Ibram (Instituto Brasileiro de Mineração) abre para consulta pública até 16 de agosto a minuta de um guia técnico para gestão de barragens e estruturas de disposição de rejeitos minerais. Querem coletar dicas para fazer um conjunto de diretrizes para mineradoras.

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/07/2019****Seção: Economia****Autor: MANOEL VENTURA****Título: Governo conclui modelo de venda da Eletrobras**

Projeto será apresentado a Bolsonaro em até duas semanas e encaminhado ao Congresso em agosto

O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, disse ontem que o modelo de privatização da Eletrobras está pronto. O projeto será apresentado ao presidente Jair Bolsonaro em uma ou duas semanas, segundo ele. A expectativa é encaminhar o texto ao Congresso Nacional em agosto. — Vamos apresentar ao Congresso em agosto o que o governo entende que é melhor para União, Eletrobras, e para investidores. O modelo já está pronto —disse o ministro, ao fazer um balanço dos primeiros 200 dias de governo. A Eletrobras foi excluída do Programa Nacional de Desestatização (PND). Em razão disso, a venda da estatal precisa do aval de deputados e senadores. Além disso, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a privatização de holdings (como a Eletrobras) precisa passar pelo Congresso.

LANÇAMENTO DE AÇÕES

A necessidade de dinheiro para liberar recursos no Orçamento e conseguir fechar as contas neste ano apressou as discussões nos ministérios da Economia e de Minas e Energia sobre a privatização da estatal. A desestatização também faz parte da agenda pós-reforma da Previdência. Bento Albuquerque confirmou que o modelo é semelhante ao projeto definido no governo do ex-presidente Michel Temer, no ano passado. Com o lançamento de ações no mercado, a União abriria mão do controle da empresa, reduzindo sua participação de pouco mais de 60% para algo inferior a 50%.

— Vai ser um processo de capitalização. A União vai perder o controle da empresa. O modelo vai ser apresentado ao presidente — disse o ministro, acrescentado: — Apresentaremos na próxima semana ou no início da outra o modelo que será proposto. O Orçamento deste ano conta com uma receita de R\$ 12 bilhões que seria obtida com a venda da estatal de energia. — Fica muito

difícil mensurar (a arrecadação prevista), porque depende de como o mercado vai reagir — afirmou Albuquerque.

VEÍCULO: O Globo

Data: 19/07/2019

Seção: Economia

Autor: MANOEL VENTURA

Título: Ministro descarta novo bloqueio de recursos

Segundo Onyx, equipe tenta manter ações do governo sem contingenciar Orçamento

O ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, afirmou ontem que não haverá novo bloqueio de recursos no Orçamento federal. O relatório bimestral de avaliação do comportamento da arrecadação e dos gastos do governo será divulgado na próxima segunda-feira, quando havia a possibilidade de um novo contingenciamento ser anunciado. — Não está previsto (contingenciamento), mas as equipes estão trabalhando — afirmou, acrescentando:

— Nós herdamos um Orçamento com o desafio de manter as ações do governo. Esse equilíbrio é complexo e trabalhamos bastante nisso. O secretário de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues Júnior, disse na semana passada que haveria novo contingenciamento, mas que o governo preparava medidas de aumento de receita para evitar mais bloqueios.

RECUPERAÇÃO FRACA

Um dos motivos para o corte de gastos é a fraca recuperação da economia. Todo o Orçamento de 2019 foi elaborado no ano passado considerando um crescimento de 2,5% para o PIB. Em março deste ano, o governo baixou a estimativa para 2,2%. Em maio, para 1,6%. Na semana passada, o governo reduziu ainda mais as projeções de crescimento da economia, para 0,8%. Com uma arrecadação federal abaixo do previsto, a equipe econômica já foi obrigada a bloquear cerca de R\$ 30 bilhões no Orçamento, medida que atingiu todos os ministérios.

Por isso, o governo busca fontes de receitas para evitar novos contingenciamentos. Para fechar as contas deste ano, o governo também conta com um megaleilão de petróleo marcado para outubro, com o qual espera arrecadar R\$ 106 bilhões. Parte desse total (R\$ 33 bilhões) ainda será destinado à Petrobras e dividido com estados e municípios. Além disso, o dinheiro só vai cair na conta em dezembro. Isso preocupa integrantes da equipe econômica, já que qualquer atraso faria o recurso chegar ao Tesouro apenas no próximo ano.

VEÍCULO: O Globo**Data: 19/07/2019****Seção: O País****Autor: SERGIO ROXO SÃO PAULO****Título: Jucá e Sérgio Machado viram réus por corrupção na Lava-Jato**

Segundo o MPF, ex-senador recebeu propina por contratos da Transpetro; ex-presidente da estatal fez delação premiada e também foi denunciado

O juiz Luiz Antonio Bonat, da 13ª Vara Federal do Paraná, aceitou denúncia do Ministério Público Federal e transformou o ex-senador e presidente nacional do MDB, Romero Jucá, em réu em ação por corrupção e lavagem de dinheiro no esquema da Transpetro, subsidiária da Petrobras. Segundo a força-tarefa da Lava-Jato, o político recebeu pelo menos R\$ 1 milhão em 2010, por participação em negócios ilegais entre a Transpetro e a Galvão Engenharia.

O ex-presidente da Transpetro, Sérgio Machado, que fez acordo de delação premiada, também virou réu. "Presentes indícios suficientes de autoria e materialidade, evidenciada a justa causa, recebo a denúncia contra José Sérgio de Oliveira Machado e Romero Jucá Filho", escreveu o juiz.

Segundo investigação, a Galvão Engenharia pagava 5% do valor dos contratos que tinha com a subsidiária da Petrobras a integrantes do MDB que compunham o núcleo de sustentação de Machado na presidência da estatal.

"O recebimento de vantagem indevida por Romero Jucá Filho decorreu do exercício do cargo de Senador da República e em razão da prática de atos de ofício consistentes na indicação e manutenção de Sérgio Machado na presidência da Transpetro", aponta o despacho de junho.

Em relação a Jucá, a Procuradoria diz que a propina foi disfarçada por meio de doação eleitoral de R\$ 1 milhão ao diretório do MDB de Roraima em junho de 2010. O valor equivale à porcentagem paga por quatro contratos e sete aditivos conquistados pela empresa de engenharia. Além disso, a propina servia para garantir que a Galvão continuasse sendo convidada para licitações da Transpetro.

O advogado de Jucá, Anto Carlos de Almeida Castro, o Kakay, afirmou que pretende transferir o caso para a Justiça Eleitoral. "Infelizmente no sistema processual brasileiro, o recebimento é um ato quase mecânico, feito sem que o Acusado tenha oferecido suas razões. No caso concreto o ex-senador Romero Jucá sequer foi ouvido e a defesa técnica não pode se manifestar, sequer sobre

a competência da Justiça Eleitoral, o que será feito oportunamente", disse, em nota.

Kakay, como já havia feito na época da apresentação da denúncia, questionou a credibilidade de Sérgio Machado como delator.

Já Antonio Pitombo, defensor de Sérgio Machado, afirmou que o "recebimento da denúncia era aguardado pela defesa e demonstra a qualidade da colaboração processual" de seu cliente.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 19/07/2019

Seção: Brasil

Autor: Thais Moura

Título: Preço da gasolina cai com as férias

O baixo consumo das férias escolares pesou mais do que a elevação da base de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o preço dos combustíveis. Com isso, quem foi aos postos ontem teve uma boa surpresa, não só a maioria dos estabelecimentos não mexeu nos valores, apesar do aumento do preço ao consumidor final (PMPF), como em alguns postos o litro ficou mais barato.

Levantamento feito pelo Correio em 31 postos mostra que os preços mais em conta estão fora do Plano Piloto. No posto Petrolino, em Taguatinga Centro, a gasolina comum é vendida por R\$ 3,87, enquanto nos postos Vtex, Ipiranga e Shell, na EPTG, está a R\$ 3,89. Já no Plano Piloto, os menores valores encontrados foram na 115 sul (R\$ 3,89), nas 210, 212, 115, 113, 112 e 107 Norte (R\$ 3,93). No SIG (quadra 3) e SIA (trecho 1), os valores mais em conta foram de R\$ 3,94 e R\$ 3,89, respectivamente.

O servidor público Wilker Santos, 44 anos, resolveu aproveitar para encher o tanque, já que não sabe até quando esses preços vão durar. "Adoraria que continuasse assim até o fim do mês, mas não acredito. A todo momento, querem levar vantagem da população, seja o governo, os empresários, os donos de postos de gasolina, todos querem maximizar seus lucros."

O presidente do Sindicato do Comércio Varejista de Combustíveis e de Lubrificantes do Distrito Federal (Sindicombustíveis-DF), Paulo Tavares, explica que os postos e distribuidoras diminuíram os preços para compensar a baixa procura devido às férias. Segundo ele, os revendedores reduziram as margens de lucro para algo entre R\$ 0,07 e R\$ 0,10.

*** Estagiária sob supervisão de Rozane Oliveira**

- Variação dos preços no DF (em reais)**

Postos 16/7/19 18/7/19

Petrobras – Posto da Lava Jato	3,999	3,949
Petrobras – Eixo W 106 Sul	3,959	3,959
Petrobras – Eixo W 109 Sul	3,989	3,989
Shell – Eixo W 115 Sul	3,959	3,899
Petrobras – Eixo L 214 Sul	3,990	3,970
Petrobras – Eixo L 212 Sul	3,999	4,199
JarJour – Eixo L 210 Sul	3,989	3,979
Petrobras – Eixo L 207 Sul	3,989	3,979
PB – Eixo L 206 Sul	3,989	3,978
Melhor – Eixo L 204 Sul	3,989	3,989
Petrobras – Eixo L 202 Sul	3,989	3,979
Ipiranga – Eixo L 204 Norte	3,999	3,999
JarJour – Eixo L 206 Norte	3,949	3,949
Petrobras – Eixo L 208 Norte	3,949	3,949
Ipiranga – Eixo L 210 Norte	3,989	3,939
Shell – Eixo L 212 Norte	3,949	3,939
Petrobras – Eixo L 214 Norte	4,189	4,189
Ipiranga – Eixo W 115 Norte	3,989	3,939
Petrobras – Eixo W 113 Norte	3,949	3,939
Ipiranga – Eixo W 112 Norte	3,949	3,939
Petrobras – Eixo W 107 Norte	3,949	3,939
Petrobras – Eixo W 103 Norte	4,390	3,989
Petrobras – SIG Quadra 3	3,959	3,949
Shell – SIG Quadra 3	3,959	3,949
Garantia – EPTG	3,969	3,969
Vtex – EPTG	3,967	3,897
Ipiranga – EPTG	3,969	3,899
Petrolino – Taguatinga Centro	3,979	3,879
Nenen's – Taguatinga Centro	3,990	3,969
Shell – Taguatinga Centro	3,990	3,969
Petrobras – SIA Trecho 1	—	3,899

MME / ASCOM .